



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682540 - SP (2021/0233664-5)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
ADRIANO LINO MENDONCA - MG120023  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : CARLOS HENRIQUE THEODORO MIRANDA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CARLOS HENRIQUE THEODORO MIRANDA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2132344-08.2021.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante pela suposta infração ao art. 129, parágrafo 9º; ao art. 147, *caput* ao art.163, todos do Código Penal. Posteriormente, a prisão em flagrante foi convertida em preventiva.

A impetrante sustenta que a prisão preventiva teria sido decretada sem fundamentação idônea que justificasse a medida, reputando ausentes os seus requisitos autorizadores previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Aduz que a custódia cautelar do paciente deveria ser reavaliada, nos termos da Recomendação CNJ n. 62/2020.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente para aguardar o julgamento do processo em liberdade ou, subsidiariamente, a substituição do cárcere por providências cautelares mais brandas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extraí-se da decisão impugnada:

*Habeas corpus. Lesão corporal. Violência doméstica. Ameaça. Dano. Prisão preventiva. Noticiada uma situação de conflito doméstico mais preocupante, com possível continuidade da situação de agressividade entre as pessoas envolvidas, faz-se necessária uma intervenção mais imediata e veemente do sistema de justiça criminal. Busca-se, com isso, evitar desdobramentos mais audaciosos das desavenças já concretamente anunciadas, com sérias consequências para a integridade e a própria sobrevivência do núcleo familiar.*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que “é firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que ‘a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade’ (RHC 107.238/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/3/2019)” (AgRg no RHC n. 131.260/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 22/10/2020).

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência